



## **CARTA POLÍTICA DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO PARAIBANO ÀS CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES 2026**

Semiárido vivo: defender a vida, fortalecer a democracia e construir o futuro da Paraíba

A Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba, formada por organizações da sociedade civil, movimentos sociais, Pastorais Sociais, redes, associações, sindicatos, agricultoras e agricultores familiares e sujeitos diversos que constroem cotidianamente a convivência com o Semiárido, apresenta às candidaturas esta Carta Política.

Há mais de 30 anos, demonstramos que é possível viver, produzir, cuidar e construir futuro no Semiárido, com políticas públicas permanentes, participação popular e compromisso do Estado com a justiça social, ambiental e climática.

As eleições de 2026 são uma oportunidade para reafirmar qual projeto de Paraíba queremos construir. Não queremos o retorno das políticas de combate à seca, do assistencialismo, da concentração de terra, água, energia e riqueza, nem a utilização dos territórios rurais e comunidades do campo como espaços disponíveis aos interesses econômicos de grandes grupos, que aprofundam a crise climática e as desigualdades.

Defendemos uma Paraíba que reconheça o Semiárido como território de vida, produção de alimentos, conhecimentos, biodiversidade, cultura e resistência, tendo a Agricultura Familiar Camponesa e Agroecológica como eixo estruturador para o enfrentamento da emergência climática e de seu caráter estrutural, resultante da crise do capitalismo e do neoliberalismo.

### **1. Água é direito: água para beber, produzir e cuidar**

A universalização do acesso à água deve permanecer como prioridade estratégica do Estado brasileiro e do Estado da Paraíba.

Defendemos a ampliação e a consolidação das políticas de acesso descentralizado à água para consumo humano e produção de alimentos, o fortalecimento das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva e a implantação de soluções adequadas às diferentes realidades dos territórios.

Por isso, reivindicamos que o Estado da Paraíba incorpore a perspectiva da “água para o trabalho de cuidado”, fortalecendo a infraestrutura de captação de água das

famílias do campo e avançando na construção de uma política de terceira água, destinada às necessidades de cuidado e reprodução da vida.

Defendemos também a universalização do saneamento rural, com tecnologias apropriadas aos territórios, reuso seguro das águas e participação comunitária na gestão.

## **2. Política de cuidados: reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho que sustenta a vida**

A Política Nacional de Cuidados, instituída pela Lei nº 15.069/2024, reconhece o cuidado como direito e estabelece a responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e sociedade. A legislação também reconhece a necessidade de reduzir a sobrecarga de trabalho não remunerado que recai sobre as mulheres.

A Paraíba precisa assumir sua responsabilidade nessa agenda.

Defendemos a construção e implementação de uma Política Estadual de Cuidados, articulada ao Plano Nacional de Cuidados, com ações territorializadas e atenção especial às mulheres do campo, às famílias agricultoras, às pessoas idosas, às crianças, às pessoas com deficiência e às comunidades tradicionais.

Isso significa fazer chegar às comunidades do campo, equipamentos e serviços públicos de cuidado como creches, saúde, assistência social, transporte, saneamento, acesso à água e tecnologias sociais que reduzam o tempo dedicado às tarefas domésticas e de cuidado.

Cuidar não pode continuar sendo uma responsabilidade somente das mulheres. Cuidar é um direito e uma responsabilidade compartilhada. É preciso reconhecer, reduzir e redistribuir o trabalho de cuidado, promovendo a corresponsabilidade entre famílias, sociedade e Estado.

## **3. Agroecologia, agricultura familiar e economia solidária: produzir alimentos e gerar vida nosso semiárido**

Defendemos uma política estadual permanente de fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e agroecológica, reconhecendo sua contribuição para a segurança alimentar, a economia dos municípios, a conservação da Caatinga e a permanência das famílias no campo.

É necessário garantir ATER pública e continuada, com perspectiva agroecológica, feminista e antirracista; acesso a crédito, sementes crioulas, tecnologias sociais, infraestrutura de beneficiamento e políticas de comercialização.

Reivindicamos o fortalecimento e a desburocratização dos mercados institucionais, compras públicas e circuitos curtos de comercialização, bem como a ampliação das feiras agroecológicas, feiras da agricultura familiar e demais espaços populares de comercialização, com infraestrutura, divulgação, transporte, assistência técnica e políticas públicas permanentes.

Defendemos o fortalecimento da economia solidária, das cooperativas, associações, grupos produtivos de mulheres e juventudes e redes de

comercialização solidária, bem como o reconhecimento e apoio aos fundos rotativos solidários existentes nos territórios como instrumentos de solidariedade, autonomia, organização comunitária, geração de renda e fortalecimento das economias locais.

#### **4. Transição energética justa: energia renovável sim, mas com justiça social, ambiental e climática**

O Semiárido não é território de sacrifício. É território de vida, de direitos e de futuro. Queremos energia limpa, mas queremos também territórios vivos, comunidades respeitadas e uma transição energética verdadeiramente justa.

Não aceitamos nem aceitaremos que a transição energética reproduza os velhos padrões de concentração, apropriação dos territórios, violação de direitos e socialização dos impactos.

Energia renovável, sim. Mas com justiça social, ambiental e climática

Defendemos que a implantação de parques eólicos, solares e linhas de transmissão, seja precedida de planejamento territorial participativo, com processos transparentes de licenciamento, participação efetiva das comunidades e garantia de consulta prévia, livre e informada, nos termos da Convenção nº 169 da OIT.

Que o acesso à energia seja democrático e que a geração descentralizada, distribuída e comunitária, seja implantada em nosso estado, tendo como referência experiências como o programa “Um Milhão de Tetos Solares”, que aponta para uma transição em que famílias, comunidades, agricultoras e agricultores possam também produzir e se beneficiar da energia renovável.

Repudiamos, de forma veemente, a instalação de data centers no Semiárido paraibano, especialmente quando associada à pressão sobre bens comuns, como a terra e a água e sem amplo debate público sobre seus impactos sociais, ambientais e territoriais.

Da mesma forma, instamos o Governo do Estado a sancionar integralmente e sem vetos o PL nº 2.061/2026, que estabelece parâmetros de distanciamento mínimo para a instalação de torres eólicas em relação às moradias e aos estabelecimentos de uso coletivo, como medida de proteção às populações já impactadas pela expansão desenfreada desse tipo de geração de energia em nosso estado.

#### **5. Mulheres e população LGBTQIAPN+: autonomia, direitos e uma vida sem violência**

A convivência com o Semiárido só será efetivamente democrática se reconhecer o protagonismo das mulheres e enfrentar as desigualdades que estruturam suas vidas.

Defendemos políticas públicas voltadas à autonomia econômica das mulheres do campo, ao fortalecimento de suas organizações produtivas, ao acesso à terra, à água, ao crédito, à ATER, aos mercados e às políticas de comercialização.

Ao mesmo tempo, é urgente enfrentar a violência contra as mulheres e a população LGBTQIAPN+ no campo e nas cidades.

Reivindicamos a ampliação e interiorização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher – DEAMs, com funcionamento 24 horas, inclusive nos finais de semana e feriados, e o fortalecimento da rede de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e população LGBTQIAPN+, com campanhas permanentes e atendimento humanizado e articulado às políticas de assistência social, saúde, justiça e segurança pública.

## **6. Segurança para quem vive e produz no campo**

A permanência das famílias no campo depende também do direito de viver e produzir com segurança.

Defendemos uma política estadual de segurança para populações e comunidades do campo, com ampliação das patrulhas rurais, articuladas com as organizações do campo e construída a partir das realidades de cada território, enfrentando a violência, as ameaças, os conflitos fundiários e as diferentes formas de intimidação que atingem agricultores e agricultoras, lideranças sociais, mulheres, povos e comunidades tradicionais.

Segurança pública deve significar proteção à vida, aos direitos e aos territórios, e não criminalização das organizações populares.

## **7. Juventudes do campo: direito de permanecer, produzir e sonhar**

Não haverá futuro para o Semiárido sem suas juventudes.

Defendemos uma política estadual específica para as juventudes do campo em toda sua diversidade, articulando educação contextualizada, formação profissional, acesso à terra, crédito, ATER, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, mobilidade, conectividade e oportunidades de geração de trabalho e renda no campo.

As juventudes devem ser reconhecidas não como pessoas que precisam abandonar o campo para construir seu futuro, mas como sujeitos políticos, econômicos e culturais fundamentais para a renovação da agricultura familiar, da agroecologia e das comunidades do campo.

## **8. Democracia, participação social e orçamento público**

Nenhuma dessas políticas será efetiva sem instituições públicas fortalecidas, orçamento adequado e participação social.

Defendemos o fortalecimento dos conselhos, fóruns, comissões e demais espaços de participação e controle social, garantindo a presença efetiva das organizações do Semiárido na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

É necessário também fortalecer os órgãos estaduais responsáveis pelas políticas de agricultura familiar e desenvolvimento rural, meio ambiente, mulheres, juventudes, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento regional, garantindo efetivamente equipes, orçamento e capacidade de execução.

Às candidaturas ao Legislativo, federal e estadual, reivindicamos compromisso com a destinação de recursos orçamentários permanentes para essas políticas e com a defesa, no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa, dos direitos das populações do Semiárido.

À candidatura ao Governo da Paraíba, reivindicamos o compromisso de transformar estas propostas em programas, metas, orçamento e políticas públicas de Estado, construídas em diálogo permanente com a sociedade civil.

Defendemos, ainda, que as candidaturas assumam o compromisso de construir Fóruns de Participação Social para seus Mandatos, como espaços permanentes de diálogo, escuta, acompanhamento e controle social das demandas dos territórios.

### **Nosso chamado às candidaturas**

A ASA Paraíba não deseja que esta Carta seja apenas uma lista de promessas eleitorais. Deseja e espera que seja assumida como uma agenda de compromissos públicos.

Esperamos que as candidaturas que se apresentam como aliadas do povo paraibano assumam compromissos concretos com a convivência com o Semiárido, com a agroecologia, com a agricultura familiar, com o direito à água, com o cuidado, com a autonomia das mulheres, com as juventudes do campo, com a economia solidária, com a segurança no campo, com a justiça energética e ambiental e com a democracia participativa.

Queremos candidaturas que compreendam que desenvolver a Paraíba não é explorar seus territórios, mas fortalecer quem vive, trabalha, produz e cuida deles.

A ASA Paraíba seguirá exercendo seu papel autônomo de organização da sociedade civil: dialogando, propondo, mobilizando, monitorando e cobrando governos e parlamentos.

Porque democracia não termina no dia da eleição. Democracia é participação. Política pública é direito.

É no Semiárido que a vida pulsa, que a resistência se fortalece e que o povo constrói, todos os dias, caminhos de convivência e de futuro.

Nas eleições de 2026, convidamos as candidaturas a caminhar conosco e assumir um compromisso com um projeto de Paraíba que reconheça e valorize quem vive, trabalha, produz e cuida neste território.

### **TERMO DE COMPROMISSO DA CANDIDATURA**

Eu, \_\_\_\_\_,  
candidata/o ao cargo de \_\_\_\_\_,

pelo partido \_\_\_\_\_, declaro conhecer e assumir publicamente os compromissos apresentados nesta Carta Política da Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba, comprometendo-me a defendê-los e a atuar, no exercício do mandato, pela convivência com o Semiárido, pela garantia de direitos, pela participação social e pela justiça social, ambiental e climática.

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2026

Assinatura da/o candidata/o:

Nome completo: \_\_\_\_\_

Partido: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Articulação do Semiárido Paraibano – ASA Paraíba, 2026